



A GEOESTRATÉGIA DO BRASIL

Dino Willy Cozza

INTRODUÇÃO

A geopolítica e a geoestratégia embora por si só não possam solucionar todos os problemas políticos e estratégicos de um país são contudo instrumentos eficientes, e quando bem utilizados, eficazes, para um analista, administrador, chefe, líder, governante ou estadista poder compreender e equacionar os aspectos relacionados com o potencial e os óbices de uma região, continente, hemisfério ou planeta.

Do estudo da geoestratégia e dos exemplos da História verifica-se que as nações que confinam com o mar tiveram, na maioria das vezes, o oceano como campo de batalha decisivo na guerra pela independência. O mesmo mar que nos propicia a troca de riquezas em tem-

po de paz, serve de via de penetração em caso de ataque.

A posição geoestratégica ocupada pelo Brasil, no mundo e no continente nos leva a concluir que o Brasil a par de um potencial maravilhoso é sumamente dependente do mar para a sua sobrevivência econômica e para a sua defesa. Os brasileiros muito devem ao mar, e se descuidarmos do nosso Poder Naval, mesmo por razões econômicas, o preço a ser pago no futuro, com certeza não compensará o desenvolvimento em outras áreas.

Este trabalho pretendeu estudar o Brasil face ao Oceano Atlântico, face à África na defesa do Atlântico, a importância da Antártica para o nosso País, mostrar a necessidade da formulação de uma linha de defesa avançada no Atlântico e a relevância do Poder Naval para a manutenção de nossa soberania.

A POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA OCUPADA PELO BRASIL NO MUNDO

Considerações Gerais

Montesquieu, em 1748, discutia as influências da topografia sobre o Estado na sua obra *Esprit des Lois*. Herder (1790) e Hegel (1820) foram escritores alemães que analisaram a influência importante do solo e do clima. Ratzel criou o termo "geografia política" por volta de 1880 e teve como discípulo Karl Haushofer, que fundou a *Zeitschrift für Geopolitik*, em 1924. Cerca de 1900, Kjellen, um escritor sueco declarou que: "Poder é o mais importante atributo do Estado". Foi ele quem criou o termo "geopolítica". Halford John Mackinder, em 25 de janeiro de 1924, leu perante a Royal Geographical Society de Londres o seu trabalho *The Geographical Pivot of History*. De seus estudos muito valeram-se os alemães para elaborar a estratégia empregada na Segunda Guerra Mundial. E, se atentarmos para o procedimento atual dos soviéticos não é difícil deduzir que Mackinder ainda está na cátedra. Nos Estados Unidos da América, no período de 1861 a 1890 encontraremos William Gilpin explanando a sua teoria do "Isothermal Zodiac", e em 1890 o depois Almirante e escritor A. T. Mahan publicando a sua *Influence of Sea Power Upon History*. Com essa brevíssima recordação histórica procuramos salientar que as preocupações com a posição geográfica e suas conseqüências, posteriormente com a geopolítica e mais atualmente com a geoestratégia têm sido uma constante entre estudiosos e escritores que dedicam-se às ciências políticas.

Feições do Brasil Geo-histórico

Antes de analisarmos a posição geoestratégica do Brasil parece-nos imprescindível levantar alguns fatores históricos que marcaram a nossa Nação e contribuíram para fazer do brasileiro esse tipo, ainda em desenvolvimento, mas apresentando já singularidades. E não nos esqueçamos que a História é a mestra da vida.

A população atual do Brasil é constituída por um caldeamento de correntes migratórias que, sem discriminação, tornou-se uma nação homogênea, unida pela linguagem e por tradições, sem a formação de quistos.

O Brasil é por suas origens essencialmente marítimo. Sempre manteve comunicações diretas com países de civilização ocidental. O seu regime federativo é resultante, também, das comunicações marítimas que mantiveram a unidade nacional.

O Brasil ocupa uma posição chamada centro-periférica por alguns geopolíticos, como Ratzel. Ao lado de seus contatos com o exterior através de numerosos portos regionais, dispõe de vastas áreas internas de terras a valorizar por meio de uma população em crescimento.

O desenvolvimento econômico-social do Brasil tem tornado-se cada vez mais independente em razão da importância econômica que estão assumindo seus mercados internos. A dependência quase exclusiva de mercados exteriores foi abolida graças às condições criadas principalmente durante as duas grandes guerras.

No Brasil o chamado *espaço passivo* é intimamente ligado ao *espaço ativo*. Há continuidade territorial. O Brasil não tem colônias exteriores que possam

comprometer suas forças vivas. Supan julgava feliz o país que "possui dentro de suas próprias fronteiras uma política de expansão e pode colonizar e prosperar em paz: crescendo por dentro!".

O Brasil não possui, praticamente, problemas de fronteiras. Todas as controvérsias no passado conseguimos resolvê-las sem grande derramamento de sangue e portanto sem cicatrizes incuráveis.

A Posição do Brasil no Mundo

Com seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados, cerca de 47% do continente sul-americano, o Brasil ocupa o quinto lugar em termos de dimensão geográfica, no mundo, sendo o quarto em área contínua. Destituído de espaços impróprios à vida humana, este semicontinente afigura-se como um dos países de maior potencialidade no mundo contemporâneo. A densidade demográfica de nosso País é de onze habitantes por quilômetro quadrado, sendo a média mundial de cerca de trinta habitantes por quilômetro quadrado. Estendendo-se de cinco graus de latitude norte a trinta e três graus de latitude sul, numa configuração triangular, do Atlântico à zona pré-andina, o Brasil apresenta larga faixa intertropical. Essa mesma configuração triangular maciça, sua posição astronômica e sua colocação no continente a que alia-se o relevo explicam as variedades de clima que o caracterizam. A diversidade de clima correspondem variedades de espécies de vegetação e diferentes tipos de solos, com grandes implicações sobre as formas de uso da terra. Ocupando a porção da América do Sul voltada para o Atlântico, o Brasil abre-se para o oceano de maior importância comercial do mundo com um litoral de extensão considerável, 7.408 quilômetros, equivalente a um terço de

sua periferia. Sua linha de costa, não obstante o caráter maciço do continente, apresenta grande número de baías e estuários favoráveis ao estabelecimento de portos. O Amazonas e o Paraguai, como rios de planície que penetram largos trechos interiores, permitem a navegação oceânica até pontos afastados do litoral, ampliando suas condições de acessibilidade.

Não há dúvida que, em relação ao nosso litoral, totalmente atlântico, a percentagem de território que acha-se a distâncias superiores a um mil quilômetros é de quarenta por cento. Isto, à primeira vista, pode parecer uma desvantagem em relação a outros continentes. Estamos, como já citamos, considerando o Brasil como um semicontinente. Levando-se em consideração o fator de percentagem do território que acha-se a distâncias superiores a um mil quilômetros encontramos no mundo, o seguinte quadro:

Austrália	0%
Europa	7%
América do Norte	10%
América do Sul	16%
África	27%
Ásia	32%

Como podemos verificar nos dados acima, o exame unilateral dessa informação não tem muita valia. Por exemplo, o caso da Austrália que apresentando um resultado notável nesse campo, possui, todavia, um imenso deserto central. Já no Brasil, o coeficiente em relação ao Atlântico de quarenta por cento é reduzido a apenas dez por cento, igual ao da América do Norte e pouco maior que o da Europa, como mostra o estudo do engenheiro Lucas Lopes na figura 1 (58:46). Isto graças ao prolongamento que o rio Amazonas faz da ação estimulante do mar, possibilitando navios de

grande porte continuarem sua rota oceânica continente adentro. Neste particular o nosso País goza de uma singularidade universal, qual seja a de possuir um vasto mar interior, pontilhado de grandes e pequenas ilhas, ainda pouco povoadas, mas que abrigam riquezas vegetais e minerais imensas e constituem, pela sua flora, o "pulmão do mundo", podendo vir a ocasionar transformações radicais no ambiente de todos os outros continentes caso não lhe seja dada a devida atenção. É a bacia hidrográfica do rio Amazonas. Sobre ela voltaremos a enfocar nossa atenção com mais detalhes quando analisarmos a posição do Brasil no continente.

Os principais estudiosos da ciência política estão de acordo ao afirmar que as potências do futuro serão os Estados que disponham de grande território, de valiosos recursos naturais, de elevada tecnologia e de forte e bem orientada vontade nacional.

Entre os cento e cinquenta e dois países reconhecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil, possuidor de uma das mais privilegiadas bases físicas, tem diante de si a projeção de um futuro de grandeza.

É oportuno lembrar o pensamento do historiador inglês Arnold Toynbee que afirmava: "a geografia condiciona, dificulta, inspira, estimula, enfim, apresenta o seu desafio, caberá ao homem respondê-los; ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado".

No tocante ao tamanho do território fomos beneficiados. Quanto aos recursos naturais, por enquanto, temos a lamentar tão-somente a não suficiente quantidade de petróleo. Talvez, no futuro, venha a se tornar essa escassez um fator de vantagem. Sim, porque está nos obrigando desde cedo a buscar outras

soluções. Aguardemos. Já em relação à elevada tecnologia e bem orientada vontade nacional devemos nos deter com mais atenção. Essa que poderá ser a resposta ao desafio conclamado por Arnold Toynbee. Ou respondemos e superamos, ou não, e seremos derrotados.

É comum verificarmos os nossos analistas de geoestratégia estudarem a colocação do Brasil no mundo em relação a dois grandes blocos: leste e oeste, americano e soviético, ocidental e oriental, mundo dependente do comércio marítimo e mundo continental euro-asiático. A presença do chamado "Terceiro Mundo" ou dos "Não alinhados" não costuma ser objeto de preocupação.

Contudo, cremos que para o Brasil, neste momento histórico, muito mais importante é desenvolvermos nossa estratégia segundo a concepção da chamada linha-Norte-Sul. Embora conscientes que a divisão setentrional-meridional não obedece rigidamente à classificação geográfica, como também não o é a ocidental-oriental, vale lembrar que o Brasil é o maior país, sob todos os aspectos, de avaliação de potencialidades e de poder, ao sul do Equador. E que a língua portuguesa é a sexta língua mais falada do mundo, inclusive mais que a francesa e a árabe que estão incluídas entre os idiomas oficiais da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Para conseguirmos ter uma elevada tecnologia e uma bem orientada vontade nacional devemos antes combater um inimigo muito poderoso. Chama-se subdesenvolvimento.

Dois terços da superfície dos continentes, três quartos da humanidade, dos quais a metade com menos de vinte anos, a ameaça constante da fome, tais são as dimensões e a sorte dos países desenvolvidos (101:5).



CONTINENTALIDADE DO BRASIL

- Linha a 1000 Km do litoral
 - - - - - Linha a 1000 Km do litoral do Amazonas

DADOS COMPARATIVOS	
Continentes	Áreas a menos de 1000 Km do mar
Europa	0%
Ásia	7
África	32
América do Norte	27
América do Sul	10
Austrália	16
	0
Segundo o Eng. Lucas Lopes	

No que diz respeito ao fator "vontade nacional" não podemos deixar de citar o trabalho do professor Ray S. Cline, intitulado *World Power Assessment* (52), onde apresenta uma expressão segundo a qual o Brasil ocupa o segundo lugar mundial, logo depois dos Estados Unidos da América (EUA) e antes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quanto à qualidade da "estratégia nacional e vontade nacional" (120: 132).

Com todo o respeito que nos merece o professor da Universidade de Georgetown e da "Defense Intelligence School", um Instituto de estudos avançados do Departamento (Ministério) da Defesa dos EUA, mas, respeitando também a opinião de alguns céticos, podemos concluir com segurança que o Brasil, pelo menos, se não é o segundo deve estar muito bem nesse aspecto.

Resta-nos o problema da "elevada tecnologia". No nosso entender este é o principal fator de fraqueza, aliado ao da educação. Aliado e interdependente. Resolvido esse problema conseguiremos, a nosso juízo, vencer a barreira do subdesenvolvimento. Há quem afirme que o Brasil não é mais um país subdesenvolvido. Agora somos país "em desenvolvimento". Para outros somos "potência média". A nosso juízo a conceituação ou a nomenclatura não é o mais importante. Yves Lacoste na sua obra *Geographie du Sous-Développement* (101) emprega 283 páginas analisando o subdesenvolvimento e não deixa preciso o seu significado. O que importa, isto sim, é a conscientização que o avanço tecnológico tem sido, nos últimos quarenta anos, o responsável por mais de sessenta por cento da economia norte-americana e que o "milagre japonês" só foi possível porque o Japão decidiu investir em

cérebros, o que lhe proporcionou a oportunidade de arrancar para o pleno desenvolvimento, conquistando e produzindo tecnologia, e colocando-o como sério competidor de seu vencedor na guerra.

Todavia, convém lembrar que a simples transferência de tecnologia não resolverá o problema de nenhuma nação. O que faz-se mister é criá-la, adaptá-la quando for o caso, assimilá-la se necessário for, mas sempre visualizando o panorama em que vivemos e tentando inovar para melhorar as condições sociais do nosso povo.

É oportuno lembrar neste momento o sábio conselho que George Washington dava aos nossos irmãos do Norte: "Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra; e que tudo quanto uma nação receba como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência".

Para que consigamos a elevada tecnologia que se nos faz imprescindível é preciso muito trabalho, dinheiro e inteligência. A obra não é fácil. Os caminhos são sinuosos, estreitos e o inimigo insidioso nos espreita a todo momento, inclusive dentro de casa. Repito, a simples transferência de tecnologia só virá a confirmar as palavras de Washington a seus compatriotas. Quem volta a nos advertir agora é Toynbee: ou respondemos ao desafio e superamos a barreira do subdesenvolvimento, ou não, e seremos derrotados. A ferramenta para executar tal obra chama-se: tecnologia.

Ray S. Cline, na sua conferência "Avaliação do Poder Mundial" (51) divide o mundo em onze zonas diferentes. Estas zonas sofreriam influência dos fatores constantes da geografia e das condições constantemente mutáveis da si-

tuação política, econômica e militar. Segundo o autor, alguns países estão nas zonas primordiais e são três. Outros na periferia, somam cinco, e são por ele chamadas grandes zonas peninsulares ou insulares, ou ainda terras periféricas, ou centro da massa continental. Ainda, Cline discrimina três zonas que constituem um círculo exterior de continentes e povos compreendendo as terras do hemisfério sul: América do Sul, África Central e Meridional, Austrália e Nova Zelândia.

Na opinião do ilustre Diretor-executivo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, segundo a terminologia soviética, a década de oitenta será de "coexistência pacífica". Traduzindo-se para o linguajar dos inocentes ocidentais quer dizer que toda espécie de guerra ideológica, política, econômica e revolucionária será travada contra as nações capitalistas sob o guarda-chuva da paridade militar em armas estratégicas (51:61).

Cline também crê que a estratégia soviética é de caráter fundamentalmente econômico. Lembra ele que Stalin declarou que a exploração dos recursos mundiais dos principais países capitalistas não mais expandir-se-ia. Para os sucessores de Stalin nada mudou, apenas ampliou-se o campo de ação. No critério dos dirigentes soviéticos, dentro dessa ampliação do campo de ação estão as nações costeiras dos oceanos meridionais lutando pelo acesso às matérias-primas críticas. De acordo com Cline, não somente os recursos, mas grande parte da tecnologia avançada produzida pelos Estados não-comunistas deverão ser absorvidos pela esfera de influência soviética, ou cairão diretamente sob seu controle, no decênio de oitenta.

No seu estudo o autor afirma que o

foco de atenção dos estrategistas soviéticos está passando para o círculo externo de continentes, já enumerado acima. Assim, o hemisfério sul seria a área de conflito imediato na qual já vem sendo travada uma guerra de baixa intensidade para modificar o equilíbrio do poder que, com o tempo, determinará as batalhas globais maiores (51:62).

Algumas Conclusões

Concluindo, vimos que uma análise geopolítica e geoestratégica de um país ou região tem sido preocupação de geógrafos, filósofos, militares e estadistas ao longo do tempo, visando a detetar as suas fraquezas e potenciais, a fim de melhor explorá-los ou contorná-los.

Vimos que os principais estudiosos da ciência política aceitam que as potências do futuro serão os Estados que disponham de: grande território, valiosos recursos naturais, elevada tecnologia e bem orientada vontade nacional.

Vimos que, dentro da concepção acima, o Brasil está muito bem situado em todos os aspectos, com exceção da deficiência de petróleo e da carência de uma elevada tecnologia própria.

Vimos que o Brasil, ao sul do Equador, é o maior país do hemisfério e que no contexto Norte-Sul tem possibilidades de romper a barreira do subdesenvolvimento, principalmente perseguindo o desenvolvimento no campo da tecnologia avançada adequada às necessidades do mundo que desejamos para nossos filhos.

Vimos que os estrategistas do mundo soviético, no decênio de oitenta, terão sua atenção voltada principalmente para os países costeiros dos oceanos meridionais.

E, assim, podemos concluir que o Brasil tem o potencial para liderar o

mundo meridional, e como tal deve estar merecendo especial atenção dos discípulos de Marx e Lenine.

A POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA DO BRASIL NO CONTINENTE

Dimensões de um País Continental

Estendendo-se desde as nascentes dos rios Ailã e Caburai, nas fronteiras com a República Cooperativa da Guiana, a 5° 16' 19" de latitude norte, o Brasil alonga-se por 4.320 quilômetros no sentido Norte-Sul, até onde localiza-se o arroio Chuí, a 33° 45' 9" de latitude sul, nas fronteiras com o Uruguai. Embora com o formato de um triângulo cujo vértice aponta para o Sul, a maior distância Leste-Oeste do Brasil é equivalente à Norte-Sul, ou seja, de 4.328 quilômetros, estendendo-se da fronteira com o Peru, nas nascentes do rio Moa, na serra Contamana, a 73° 59' 32" de longitude oeste, até a Ponta Seixas, no Estado da Paraíba, a 34° 45' 54" de longitude oeste.

A extensão Leste-Oeste do Brasil permite abranger quatro fusos horários.

Com a superfície de 8.511.965 quilômetros quadrados, sem acrescentar os três milhões de plataforma continental, o Brasil ocupa 47,3% da América do Sul, 1,7% da superfície terrestre e 5,5% da extensão das terras emersas. Limita-se com todos os países do continente, exceção feita ao Equador e ao Chile. Possui 23.127 quilômetros de fronteiras terrestres. A sua maior linha divisória é com o Oceano Atlântico, ao Norte, Nordeste, Leste e Sudeste, num total de 7.408 quilômetros o que corresponde a 32,03% de seus limites. A maior fronteira terrestre é com a Bolívia, a Oeste; tem uma extensão de 3.216 quilômetros e corresponde a 13,52% da linha divisória. Da sua superfície, 8.456.508 quilô-

metros quadrados são de área terrestre e 55.457 quilômetros quadrados de águas internas. O relevo apresenta amplitudes altimétricas relativamente modestas. Predominam as terras entre 201 a 1.200 metros de altitude, com uma superfície correspondendo a 58,5% da área total do país, o que significa uma relativa amenização do clima tropical dominante. As terras baixas, com altitudes inferiores a 201 metros corresponde a 41% do total do país. Acima de 1.200 metros existe apenas 0,5% do território. Nenhuma parte do Brasil recebe menos de 250 milímetros anuais de chuvas, limite que estabelece a existência de desertos (79:33).

A totalidade das terras brasileiras situa-se na área ecumênica do planeta, não acontecendo o mesmo com os demais países continentais, podendo-se concluir que possuímos a segunda área ecumênica do mundo (3:13).

Com uma população de 93.139.037 habitantes, conforme o censo de 1970, o Brasil é o país mais populoso da América Latina, o segundo do hemisfério ocidental e o sétimo do mundo em quantidade de habitantes. Possui mais de 41,9% de sua população com menos de quinze anos de vida, identificando-se nesse particular apenas com a China. No tocante ao desenvolvimento, o Brasil apresenta uma estrutura social e econômica com acentuado contraste entre a tecnologia de certas áreas em oposição ao arcaísmo técnico e cultural de outras. Comparável ao Brasil encontramos, na América do Sul, a Colômbia e a Venezuela. Na do Norte, o México. Em condições de estrutura social e econômica evoluída e homogênea estão o Chile, o Uruguai e a Argentina, embora apresentem também aspectos marcantes de subdesenvolvimento. O Brasil possui 36%

de sua população em zona rural e 64% em zona urbana. A população economicamente ativa (dados de 1977) é em números relativos de 55%. Há trinta anos, esse dado era inferior a 18%. Da população economicamente ativa, dois terços é de homens e um terço de mulheres (79:139).

Essa breve quantificação consideramos útil desde que estamos tratando de um país com dimensões continentais e particularidades interessantes.

Assusta a um estadista ou administrador ter que planejar para uma Nação que ocupa uma área mais de quinze vezes maior que a França, mais de dezesseis vezes maior que a Espanha e mais de vinte e oito vezes maior que a Itália, maior que os Estados Unidos da América (7.828.480 km²) excluídas as partes descontínuas (Alasca e Havaí) e quase do tamanho do continente Oceania.

Uma das conseqüências dessa grandeza continental é que de maneira geral, alguns Estados ou regiões geográficas brasileiras têm dimensões de uma nação européia média. Não se deve esquecer de analisar sob essa perspectiva também.

A Amazônia

A nosso juízo, a Amazônia, em um trabalho sobre o Brasil, o Continente e o Mundo, merece um destaque especial.

Não seria demais transcrevermos algumas palavras do militar, engenheiro, jornalista, geógrafo e sociólogo Euclides da Cunha, sobre a Amazônia: "A inteligência humana não suportaria de improviso o peso daquela realidade portentosa. Terá que crescer com ela, adaptando-se-lhe para dominá-la...". E ainda: "É a última página ainda a escrever-se, do Gênesis — com tanta agudeza e com tanta emoção que parece latejar de febre! É

uma guerra de mil anos contra o desconhecido, cujo triunfo só virá ao fim de trabalhos incalculáveis em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paisagem maravilhosa...".

Assim é a região amazônica sul-americana:

- vigésima parte da superfície terrestre;
- quatro décimos da América do Sul;
- três quintos do Brasil;
- um quinto da disponibilidade mundial de água doce;
- um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas (119:23).

A bacia hidrográfica amazônica americana abrange a extensão de sete milhões de quilômetros quadrados, duas vezes maior que a do Mississippi (3,2 milhões de km²) e duas vezes e meia maior que a do Nilo (2,8 milhões de km²).

A Região Amazônica brasileira, ou ainda a Região Norte, sem considerarmos toda a extensão da chamada Amazônia Legal, tem uma área de 3.581.180 quilômetros quadrados que corresponde a 42,07% do território nacional, com um total de 27.178 quilômetros quadrados de águas internas, ou seja, quase a metade da área das águas interiores do Brasil (79:26).

A Região Amazônica é, contudo, debilmente povoada. Apresenta uma densidade demográfica inferior a um e meio habitantes por quilômetro quadrado (censo de 1970) (79:106). Corresponde a uma densidade cerca de trinta vezes maior que a média da população mundial.

A três de julho de 1978, em Brasília, oito países assinaram o "Tratado de Cooperação Amazônica". Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela tentam, com um esforço diplomático, promover o desen-

volvimento de uma das regiões mais especiais do planeta. Assim, com exceção da Guiana Francesa, e obviamente dos países platinos, todos os países da América do Sul com interesse na Amazônia aglutinam-se visando uma integração contra o subdesenvolvimento da área. Passados mais de quarenta anos, a concepção geopolítica de Mario Travassos do antagonismo Prata e Amazônia ainda é válida (169).

Essa bacia com uma área de quase sete milhões de quilômetros quadrados, cerca de trinta e cinco por cento da América do Sul, pela qual o Brasil tem responsabilidade, sozinho, por sessenta e nove por cento, merece realmente uma atenção especial.

Vale ressaltar a posição da Bolívia, único país sul-americano que participa dos três sistemas continentais: amazônico, platino e andino.

O Pacto de Cooperação Amazônica poderá propiciar ao Brasil uma melhor coordenação com o Equador, cuja vizinhança física perdeu, a fim de viabilizar o mais antigo projeto de ligação do sistema amazônico ao Pacífico: a Via Interoceânica que busca ligar Belém ao porto equatorial de San Lorenzo no litoral do Pacífico, ao norte de Guaiaquil.

Com a Colômbia, país na iminência de vir a transformar-se na segunda nação mais populosa da América do Sul, temos um acordo para a prospecção de carvão coqueificável que poderá vir a implementar um acordo de exportação de carvão para o Brasil. Na Colômbia também a Braspetro vem realizando explorações petrolíferas no vale do Magdalena. Estuda-se a criação de uma zona franca em Letícia e a extensão a Tabatinga da zona franca de Manaus. Teremos aí uma zona franca binacional.

Com os demais países signatários do Pacto o Brasil vem mantendo, como de

praxe, uma política de bom relacionamento, integração e cooperação.

Através do mais íntimo contacto do Brasil com os países do Pacto Amazônico poderá articular-se melhor com os do Pacto Andino inclusive.

As Conseqüências Geopolíticas de Itaipu

Pela oportunidade do momento histórico consideramos interessante dedicar um espaço aos aspectos geopolíticos da usina hidrelétrica de Itaipu.

A usina, com estimativa de 12,6 milhões de kw de potência, destina-se a produzir 75 bilhões de kw por ano. A hidrelétrica localiza-se no rio Paraná, cuja bacia abrange uma área de 820 mil quilômetros quadrados. Seu reservatório terá duzentos quilômetros de comprimento e inundará uma área de 1.400 quilômetros quadrados (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai). Serão 29 bilhões de metros cúbicos de água represada (64:5).

A construção de Itaipu decorre do Tratado assinado entre o Brasil e o Paraguai, a vinte e seis de abril de 1973. Naturalmente essa construção acarretará implicações no campo da geopolítica na área do chamado Cone Sul do continente.

A hidrelétrica binacional é um macropólo de intensa irradiação e mobilização de povoamento, de trabalho, de elevação de padrão de vida, de recursos tecnológicos e industriais, gerando desenvolvimento.

Antes de Itaipu a maior hidrelétrica do mundo era a de Grand Coulee, nos Estados Unidos da América, produzindo 9,7 megawatts, seguida da de Krasnoyarsk, na URSS, com 6,09 megawatts.

Além dos benefícios econômicos e sociais que a energia de Itaipu trará ao

Brasil e ao Paraguai não deve-se ignorar os impulsos periféricos que serão absorvidos por toda a bacia do complexo Paraná-Paraguai-Uruguai. Os valores geopolíticos que revelam as extraordinárias possibilidades da imensa bacia podem ser verificados no quadro abaixo:

Com certeza, o projeto Itaipu influenciou e influenciará na consecução das binacionais de Corpus e Yaciretá, argentino-paraguaia, de Panambi, Roncador e Garabi, argentino-brasileiras, além da de Salto Grande, argentino-uruguiaia.

Com Itaipu o Brasil colocou-se definitivamente perante o mundo, juntamente com a URSS e os EUA, em condições de exportar tecnologia nesse setor.

Itaipu, ainda, criando potencial econômico no Oeste reduzirá a atração dos grandes pólos existentes no litoral, respondendo à ampla manobra geopolítica de integração do território brasileiro, permitindo articular firmemente a Região Sul ao núcleo central do país.

O Brasil e o Atlântico

O Atlântico Sul é, sem dúvida, uma área geográfica e geoestratégica de Segurança Nacional para o Brasil. Essa área

passou a estar perigosamente ameaçada a partir do momento em que as Forças Navais russas obtiveram no Atlântico Sul o apoio de que tanto necessitavam, surgindo em frente do continente sul-americano a força expansionista soviética.

A sobrevivência nacional impõe ao Brasil que procure, quanto antes, na outra margem do Atlântico a segurança necessária. O Brasil deve, desde já, abrir na África as suas janelas para projeção no futuro. Sobre esse assunto ainda voltaremos nossa atenção, com mais detalhes, no próximo capítulo.

A nossa maior extensão de linha divisória, a linha litorânea, obriga-nos a conhecer melhor o Atlântico, pelo menos na parte que nos diz respeito. O relevo do Atlântico é caracterizado principalmente por uma enorme cordilheira submarina, situada entre a América e a África e que o divide em duas partes, no sentido dos meridianos. Essa cordilheira, semelhante aos Andes em muitos aspectos, é conhecida por Dorsal Atlântica Central. Essa Dorsal apresenta-se com uma profundidade média de dois mil e quinhentos metros. Encontra-se rodeada de bacias oceânicas com profundidades variando entre cinco e seis mil metros.

<i>País da Bacia</i>	<i>Superfície na Bacia (1.000 km²)</i>	<i>Participação territorial na Bacia</i>	<i>População (1980) (em milhões)</i>
Brasil	1.415	44%	53,7
Argentina	1.034	32%	18,8
Uruguai	149	5%	3,2
Bolívia	204	6%	1,4
Paraguai	407	13%	4,1
	3.209	100%	80,0

Fonte: 64

Em muitos pontos de sua extensão a Dorsal Atlântica emerge dando origem a ilhas. Assim, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough e Bouvet são alguns dos mais expressivos picos da Dorsal. Ascensão, uma das mais recentes e maiores ilhas vulcânicas, apresenta cicatrizes de quarenta vulcões extintos. A Dorsal Atlântica do Norte é uma continuação da do Sul e é a maior cadeia de montanhas do mundo, com dezesseis mil quilômetros de extensão e oitocentos quilômetros de largura. A altura média de sua crista é de três mil e quinhentos metros, mas a maioria dos picos fica a quilômetro e meio da superfície. A Dorsal Sul emite certos prolongamentos, cadeias de altitude menor, em direção ao litoral brasileiro e africano. Esses prolongamentos separam algumas bacias oceânicas que se apresentam como grandes conchas, com profundidades superiores a cinco mil metros. Na porção ocidental, em frente ao litoral brasileiro temos ao norte a Bacia Brasileira e ao sul a Bacia Argentina. Próximo ao Estado do Espírito Santo, a Bacia Brasileira é como que cortada ao meio por um espigão que de nossa plataforma continental avança em direção à Dorsal, sem alcançá-la entretanto. Esse espigão emerge a pouco mais de mil quilômetros do litoral desse Estado, originando a ilha da Trindade e o grupo das Martim Vaz.

O Atlântico é muito menos obstáculo entre o Brasil, a África e inclusive a Antártica do que seria se água não contivesse. As nossas ligações terrestres com nossos irmãos africanos e com o nosso vizinho ao Sul seria mais difícil, com certeza, se tivessem que ser terrestres.

Vamos agora analisar a situação geoestratégica do Brasil em relação à África e da Antártica, como nossos vizinhos na outra margem.

A África atlântica — Só transformou-se em área de comunicação marítima importante com a descoberta da rota do Cabo da Boa Esperança, em 1498. Assim o Índico projetou geo-historicamente o Atlântico Sul. Vale aqui lembrar as palavras de Canabarro Reichard: "O oceano foi sempre um só através da História, porém, para os efetivos propósitos humanos foram dois, o de leste e o de oeste, até ser contornado o Cabo da Boa Esperança".

A chanfradura da Guiné dota a África de dois setores distintos, um ao norte e outro ao sul. Em ambos os setores distinguem-se duas grandes barreiras formadas pelos desertos do Saara e Kalahari. O Saara ocupa uma área de sete milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, portanto pouco menor que o Brasil. Por sua vez, o Kalahari com seus cento e vinte mil quilômetros quadrados corresponde, aproximadamente, ao nosso Território do Amapá.

O Saara, como barreira próxima ao Mediterrâneo, desencorajou aos europeus a prolongar a colonização da África. Isto contribuiu, embora indiretamente, para que a América fosse colonizada antes, apesar de mais afastada da Europa.

Convém lembrar que o litoral brasileiro avança consideravelmente Atlântico Sul adentro, em direção à África, na altura de Natal, colocando-nos a apenas três mil e quinhentos quilômetros de Dacar. As distâncias entre os pontos extremos do Brasil são superiores a quatro mil quilômetros. Recife está mais distante de Buenos Aires (4.000 km) do que de Dacar (3.000 km).

A Antártica — Dista apenas quatro mil quilômetros do continente sul-americano. O "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca" (TIAR), no seu

artigo quarto, reconhece a existência de uma Antártica Americana entre os meridianos de trinta graus e noventa graus de longitude oeste, sendo, portanto, o Brasil co-responsável pela defesa da região. Com o domínio da Antártica Americana controla-se melhor os estreitos de Magalhães e Drake. No caso de uma obstrução total, ou mesmo parcial, do Canal do Panamá crescerá a importância do estreito de Drake para a navegação marítima.

Plataforma giratória, a Antártica tem importância estratégica também, por permitir que bases nela estabelecidas controlem possíveis rotas aéreas.

Sob o ponto de vista climático, a Antártica afeta diretamente o Brasil, estendendo-se sua ação até a Amazônia. Sabe-se que quando o inverno é mais rigoroso no mar de Weddel, acentuam-se as grandes secas que afetam o sul do Brasil, região onde plantamos cereais. Da Antártica é possível prever-se o clima em quase todo o território brasileiro. Com essa informação poderíamos organizar um programa agrário mais eficiente, com repercussões sociais, econômicas e eventualmente militares, no campo logístico. A tecnologia desenvolveu a chamada "Guerra Meteorológica". Já na Segunda Guerra Mundial foi estudando o clima da Groelândia que determinou-se o "Dia-D" para o desembarque na Normandia. No Sudeste Asiático, através de um aumento de até trinta por cento na intensidade das chuvas, lançando iodureto de prata sobre as nuvens, foi provocado deslizamento de encostas, destruição de pontes e diques por enchentes, causando alterações nas operações terrestres e fluviais. Assim, a Antártica cresce de importância para o Brasil, pois, nas suas diversas bases científicas já lá instaladas poderia tentar-se um controle da atmos-

fera como arma, causando sérios problemas logísticos e operacionais. Uma Guerra Meteorológica em larga escala poderá igualar-se aos danos de uma Guerra Nuclear, numa antevisão a nosso juízo, prejudicando inclusive as operações aéreas e a navegação marítima. A Guerra Meteorológica poderia ser usada durante muito tempo sem que suas causas fossem detetadas desde o início pelo agredido.

Convém lembrar que nos globos de Johannes Schonner, principalmente o de 1515, mostraram a presença de um continente dentro dos limites do círculo polar antártico, com os dizeres "Brasilie Regio e Brasilie Inferior", conforme nos relata Ernesto J. Fitte na sua obra *El Descubrimiento de la Antártida* (Crônica de los Hombres Y Barcos que Exploraron las Aguas de las Shetlands del Sur), ligando toponimicamente nosso país ao continente vizinho do Sul, e ainda as palavras desse mesmo autor sobre a Antártica: "seja ainda terra de ninguém, é terra de todos, porque todos a reclamam e a cobiçam sem a haver dominado".

Algumas Conclusões

Assim, verificamos que o Brasil possui dimensões continentais, com diversos fatores geográficos favoráveis, apesar de apresentar uma estrutura social e econômica com acentuado contraste entre a tecnologia de certas áreas em oposição ao arcaísmo técnico e cultural de outras.

Verificamos que tanto a Amazônia brasileira quanto a continental constituem um mundo singular e gigantesco, transformando num elemento de aglutinação entre nós e mais sete países da América do Sul, na área.

Verificamos algumas implicações geoestratégicas da hidrelétrica de Itaipu

com referência ao Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Verificamos a importância e a dependência do Brasil com relação ao Atlântico.

Verificamos a necessidade de aproximação do Brasil com a África, seu vizinho no Oriente.

E finalmente, verificamos que, embora Américo Vespúcio, na mesma expedição de 1501 que descobriu a foz do Amazonas tenha também chegado até as ilhas Malvinas, o Brasil de hoje ainda carece conscientizar-se da importância geoestratégica do vizinho continente ao Sul, para a nossa segurança futura.

ESTABELECIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL E CONTINENTAL

Algumas Considerações Preliminares

Strausz-Hupé definiu a geopolítica como "um projeto de estratégia política de caráter global". Vicens Vives assim como Blandel chamam-nos a atenção de eterna oposição aos geopolíticos e estadistas entre os defensores do poder marítimo e os do que poder-se-ia nomear de poder terrestre. Tanto Mahan quanto Mackinder possuem ainda grande número de seguidores. Preferimos nos colocar com o professor Backheuser em relação a *geopolítica*: "a política feita em decorrência das condições geográficas". Ao examinarmos anteriormente a posição geoestratégica do Brasil no mundo e no continente, tratamos de alguns aspectos fundamentais geográficos. O que nos parece importante é termos consciência que nem a geopolítica, nem a geoestratégia, com suas proposições de política espacial podem substituir a Estratégia. Podem sim é sugerir, alertar,

apoiar com sugestões e estimativas valiosas a formulação da Política Nacional.

Política Nacional de acordo com a Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) é: "a arte de estabelecer os Objetivos Nacionais, mediante a interpretação dos interesses e aspirações nacionais".

Por *Objetivos Nacionais* entende a ESG: "são a cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase de sua evolução cultural, a Nação busca satisfazer".

Porém, que ou quais são os interesses nacionais? Ainda é no documento que a ESG propõe para "racionalizar e viabilizar a caminhada para o Bem Comum" que vamos procurar a concepção de interesses nacionais: "a expressão dos desejos coletivos, despertados pelas necessidades materiais e espirituais, primárias ou derivadas, de toda a nação". Já, "quando os interesses nacionais integram-se e projetam-se na consciência nacional, elevam-se a aspirações nacionais". Acontece, às vezes, que a própria nação não tenha se apercebido da importância de certos interesses e da possibilidade de serem eles considerados como suas próprias aspirações. Nesse caso, é necessário um processo de esclarecimento, a fim de que, usando o debate e através da participação, a comunidade nacional venha a reconhecê-las. Porém, a quem cabe captar e interpretar os autênticos interesses e aspirações nacionais, identificando-os com os Objetivos Nacionais? Às elites nacionais. Aqui no Brasil, os grupos políticos, culturais, religiosos e militares têm sido o cadinho das reformas estruturais, e portanto têm se manifestado mais freqüentemente como elites na orientação das maiores mudanças no rumo da nossa História.

Assim, só valem a geopolítica e a geoestratégia no sentido que elas contri-

buem para detectar os Objetivos Nacionais. E, caberá às elites nacionais captar os interesses e aspirações nacionais, identificando-os com os Objetivos Nacionais.

Uma Estratégia

De conformidade com a Escola Superior de Guerra, *Estratégia Nacional* é: "a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, considerados os óbices existentes ou potenciais, para alcançar e manter os objetivos estabelecidos pela Política Nacional".

Falta-nos então conceituar *Poder Nacional*: "é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação, acionados pela vontade nacional, para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais" (ESG).

Isto posto, verificamos que para podermos formular uma Estratégia Nacional precisamos conhecer o Poder Nacional, conceber a sua preparação para futura aplicação, e ainda teremos que ter já estabelecidos os Objetivos Nacionais. Verificamos, também, que os Objetivos Nacionais são função dos interesses e aspirações da Nação e que a interpretação desses interesses e aspirações é produto da Política Nacional. Ainda, verificamos que é tarefa das elites nacionais captar e interpretar os autênticos interesses e aspirações nacionais. Logo, para podermos formular uma Estratégia Nacional precisaremos antes que as elites nacionais nos indiquem os Objetivos Nacionais.

Contudo, o parágrafo primeiro do artigo cinquenta e quatro do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, prescreve entre outras atribuições: "Cabe ao Ministério da Marinha estudar e propor diretrizes para a política marítima nacional". Assim, a nossa Marinha tem dever legal de contribuir para a consecução da Política Nacional no que diz respeito ao Poder Marítimo, e sem dúvida, conseqüentemente ao Poder Naval.

Verificamos anteriormente que a atenção de Moscou deverá estar voltada, principalmente, para as nações costeiras dos oceanos meridionais. Verificamos que o Brasil já é o maior país do mundo ao Sul do planeta e que temos de tomar posição bem definida no já difícil conflito Norte-Sul.

Um novo mapa estratégico está se delineando, radicalmente alterado do até então conhecido. As conseqüências práticas disto são o restabelecimento da importância da geografia e dos recursos naturais como fatores da estratégia militar e uma nova consciência das perspectivas geoestratégicas das potências regionais. Dessa forma, os conhecimentos sobre alimentos, energia e recursos minerais, a localização de pequenas ilhas, as linhas marítimas e aéreas de comunicação e o impacto das transferências de armas sobre o equilíbrio regional de poder podem tornar-se dados tão importantes nas análises estratégicas quanto tem sido, recentemente, a informação relativa aos arsenais nucleares.

Nesse contexto o Brasil é privilegiado no que diz respeito à geografia e aos recursos naturais, com exceção acentuada do petróleo, repetimos. E isto nos traz aspectos favoráveis e desfavoráveis no que diz respeito à formulação de uma estratégia. Favorável quanto às potencialidades do Poder Nacional. Desfavorável porque no quadro continental nos traz responsabilidades maiores, e idiosincrasias negativas por parte de parceiros reacios de uma possível hegemonia.

Hoje mais do que nunca, por uma série de circunstâncias geopolíticas, a vi-

da econômica do mundo tem lugar através de um contínuo tráfego comercial desenvolvido por via marítima, com uma tendência a aumentar no mesmo sentido da expansão econômica. O extraordinário desenvolvimento desse tráfego liga cada vez mais a economia à política, chegando esta dependência ser de tal forma que muitos pactos entre nações tomam o nome dos mares que as unem, em uma verdadeira ressurreição das Ligas Marítimas do passado. O mar, como afirmou Ratzel, "não só é um caminho, como é o caminho por excelência." Os caminhos para as relações entre a humanidade, são rotas flexíveis que unem e não separam; rotas devidas a esse comércio, mediante o qual o navio corrigirá à escala mundial a divisão geográfica das riquezas naturais ou artificiais.

No caso do Brasil sabemos que, afóra um desprezível percentual de trocas realizadas por via aérea, o nosso comércio exterior com os demais países do planeta depende exclusivamente do tráfego marítimo. Das exportações brasileiras, em peso, noventa e três por cento são realizadas por via marítima (26:7).

Os países com os quais o Brasil faz trocas por via terrestre, apresentam conosco um índice muito baixo de comercialização. Quanto ao Chile a prática está a demonstrar que a opção marítima, inclusive politicamente, ainda é a melhor opção, pois não nos deixaria na situação constrangedora de ter que parlamentar com uma terceira personalidade.

Assim verificamos que o Brasil, do ponto de vista econômico, é uma grande ilha e portanto sumamente dependente da manutenção do tráfego marítimo.

Desde a revolução industrial e cada vez mais a humanidade percorre a era da energia. O suprimento, ou seja, a impor-

tação brasileira de combustíveis e lubrificantes, de acordo com o Banco Central, em 1979, alcançou o percentual de trinta e sete e meio por cento do nosso comércio exterior, em dólares. Isto é o mesmo que dizer que o transporte de petróleo é hoje um elemento vital para a Segurança Nacional. Manter um tráfego ininterrupto de novecentos e sessenta mil barris de petróleo por dia é uma tarefa ciclópica. E para mantê-la é necessário um Poder Marítimo adequado. E para possuir um Poder Marítimo adequado cabe ao Ministério da Marinha o estudo e proposta de diretrizes para a Política Marítima Nacional. E para que esse Poder Marítimo possa ser mantido, um Poder Naval equilibrado faz-se mister. E para que tanto o Poder Marítimo quanto o Naval possam existir de forma correta uma Estratégia Nacional é reclamada.

O Brasil é o único país cuja fronteira marítima volta-se para os segmentos norte e sul do oceano Atlântico, não só planisféricamente quanto à linha do Equador, como principalmente, sob o ponto de vista físico, definidos pelo estreitamento entre os salientes do nordeste brasileiro e do noroeste africano. Levando-se em consideração que seis das oito mais importantes rotas comerciais oceânicas encontram-se no Atlântico maior torna-se nossa responsabilidade e vulnerabilidade (27:375).

As ilhas, normalmente, por seu posicionamento, podem ser consideradas como bases avançadas para operações aeronavais e alarme avançado. Assim, a importância do saliente do nordeste conjugada com a presença da ilha de Fernando de Noronha cresce de valor face à costa oeste da África e das ilhas de Cabo Verde, não só para o Brasil, como para todo o bloco ocidental. Com a exis-

tência de bases hostis nas costas ocidentais africanas, o Brasil terá sua posição vulnerável não só a ataques de mísseis balísticos como também de forças aeronavais, em virtude de sua relativa proximidade da África. Além disso, acrescenta-se como dificuldades a serem equacionadas o seu extenso litoral, a dificuldade de patrulhá-lo e defendê-lo com poucos meios, a concentração próxima ao mar de objetivos de interesse militar, principalmente nas Regiões Sudeste e Sul, incluindo aí o reator nuclear no litoral do Estado do Rio de Janeiro, a maioria de nossas refinarias de petróleo e um grande número de plataformas de perfuração submarina que exploram e explotam o ouro negro. Ainda convém lembrar a possibilidade de minagem de quaisquer de nossos portos, inclusive pela aviação inimiga.

Cremos que está já demonstrada a nossa extrema dependência do mar.

O Poder Naval de qualquer país assenta-se sobre dois pilares: os meios navais e o posicionamento geográfico de suas bases. Os meios navais deverão ser alvo de nossa atenção no próximo capítulo. Em um estudo de geoestratégia é oportuno tratar do aspecto do posicionamento geográfico de bases. Vimos, anteriormente, a importância do Atlântico e da África para o Brasil. Sobre o Atlântico Sul existem posições estratégicas que podem permitir montarmos um Sistema de Defesa Avançada. Essas posições são as ilhas: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Geórgia do Sul, todas sob o domínio do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte. Santa Helena, juntamente com suas dependências, Ascensão e Tristão da Cunha, formam uma colônia com autonomia administrativa. Santa Helena com uma área de cento e vinte e dois quilô-

metros quadrados dista cerca de dois mil quilômetros da África, tendo Tristão da Cunha a quatrocentos quilômetros a sudoeste e Ascensão a um mil e duzentos quilômetros a noroeste. Já a ilha Geórgia do Sul, pertence ao grupo das Malvinas, cuja soberania a Argentina reivindica há tempos.

A posição dessas ilhas e mais a de Fernando de Noronha forma uma linha natural de defesa avançada para o Brasil e para a América do Sul atlântica, a partir do saliente do nordeste até a Antártica. Ver figura 2.

Em números aproximados, a maior distância entre essas ilhas é de um mil e quinhentas milhas náuticas. Esta é a distância entre Tristão da Cunha e Geórgia do Sul. Um mil e quatrocentas milhas separam Santa Helena de Tristão da Cunha. A linha que liga estas duas últimas passa a cerca de um mil e novecentas milhas das costas do Brasil e é o setor mais afastado do nosso continente, no Sistema (146:16).

Sabemos das dificuldades que a nossa diplomacia terá para conseguir a presença da Esquadra em tais posições. Particularmente a Geórgia do Sul deverá ser alvo de uma análise especial. Todavia, sob o ponto de vista de estratégia militar, cabe em um estudo de geoestratégia chamar a atenção para os aspectos geográficos que nos parecem importantes, da mesma forma como não podemos olvidar a Antártica.

Mas, nossos olhos não podem ficar detidos simplesmente na "Crux Australis". A "Polaris" também deve merecer nossa atenção. Assim é o Caribe, para o qual temos parte de nossas costas. São quinhentos e noventa e oito quilômetros de costa a partir da linha do Equador. Serão dois mil novecentos e cinquenta e cinco quilômetros de costa se conside-

ramos o Atlântico a partir do saliente do nordeste. Neste caso, o litoral brasileiro voltado para o Caribe apresenta uma linha divisória do Brasil, apontando para o Norte, somente menor que as nossas fronteiras com a Bolívia e o Peru. No Caribe encontramos o Canal do Panamá, o início do limite da área de influência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para o Brasil, em especial, é a área onde circula quatorze por cento de nosso comércio exterior. Atualmente a tendência é aumentar esse percentual, já que nossas relações comerciais com o México, Venezuela e Colômbia estão intensificando-se. Devemos considerar também que o Canal do Panamá é a via por onde circula nosso comércio com as nações do Pacto Andino situadas no Pacífico.

Assim, o Caribe juntamente com a África e a Antártica merece a preocupação da nossa Estratégia Nacional, Marítima, Militar e Naval.

Tratando-se de Estratégia é oportuno citar as palavras de Bernard Brodie:

"O Almirante deve ser capaz de ver as causas em conjunto, de apreciar o presente em termos do futuro e de bem ver os problemas do presente e do futuro em todas as suas múltiplas ramificações. Compreender a estratégia é coisa fácil, determinar uma estratégia política não o é. Determinar uma sábia política e segui-la no meio das inúmeras distrações e exigências políticas contraditórias exige qualquer coisa que aproxime-se do gênio." (22:301)

Algumas Conclusões

Assim, verificamos que a Estratégia Nacional é função do Poder Nacional. Que este visa os Objetivos Nacionais. Por sua vez os Objetivos dependem dos interesses e aspirações nacionais, cuja

interpretação cabe à Política Nacional através das elites. Ainda verificamos que o Ministério da Marinha tem dever legal de estudar e propor diretrizes para a Política Marítima Nacional.

Verificamos que os soviéticos, na década atual, devem dar atenção especial aos mares austrais e seus países costeiros, entre eles o Brasil.

Verificamos o surgimento de um novo mapa estratégico onde os alimentos, energia, recursos minerais e pequenas ilhas ganharam novas perspectivas e um dimensionamento diferente do existente no passado.

Verificamos a situação importante do Brasil nesse novo mapa.

Verificamos o crescimento exponencial do valor da economia na estratégia e o lugar incontestável que o mar ocupa para essa economia e para a estratégia global.

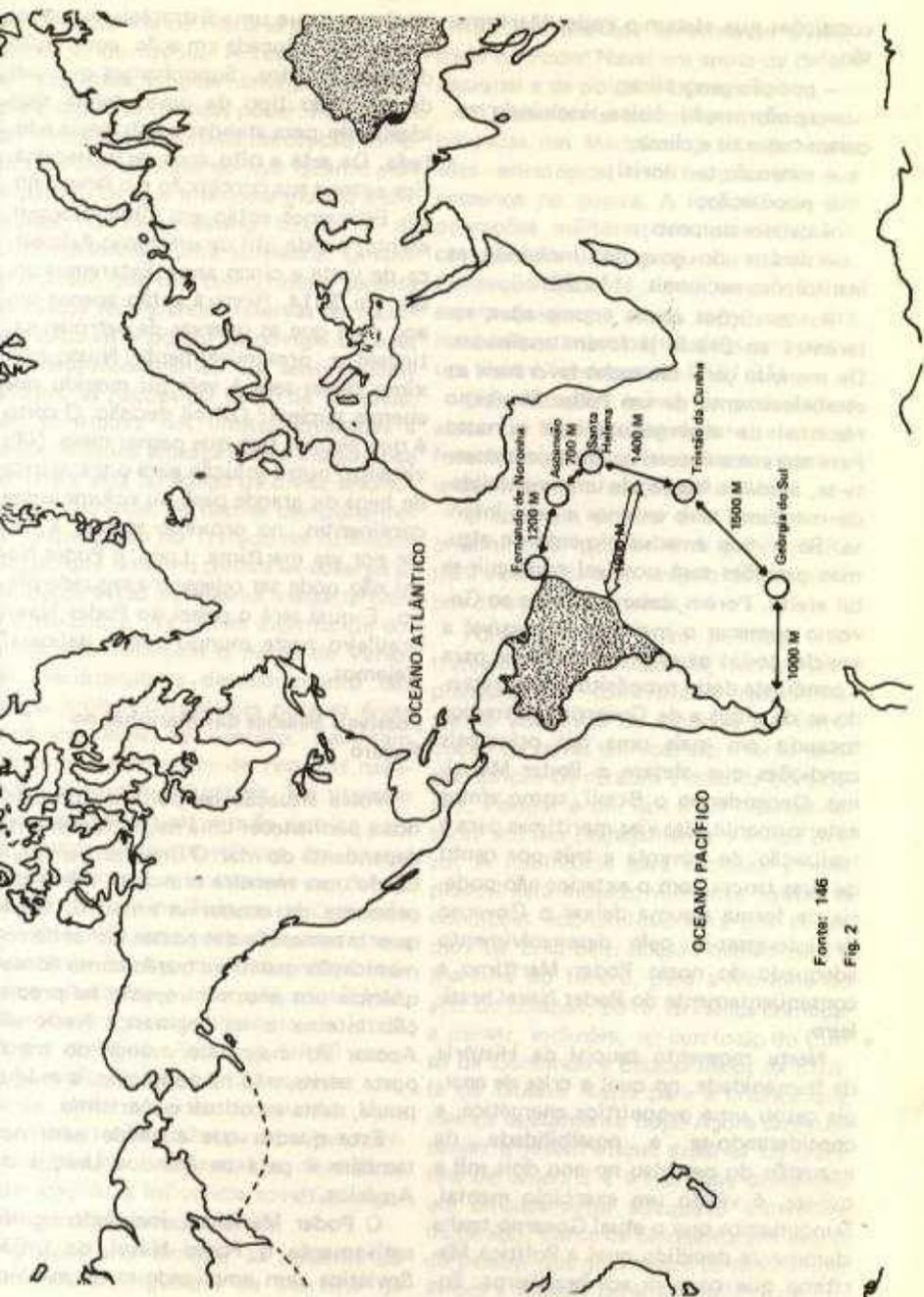
Finalmente, verificamos a importância do Oceano Atlântico, das ilhas oceânicas do Sul como Fernando de Noronha, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Geórgia do Sul, da África, da Antártica e do Caribe no estabelecimento de uma Estratégia Nacional e Continental.

O PAPEL DO PODER NAVAL

Algumas Considerações Preliminares

Após termos analisado a posição geoestratégica ocupada pelo Brasil, no mundo e no continente, e estudado aspectos relacionados com o aproveitamento dessa posição no estabelecimento de uma Estratégia nacional e continental, iremos verificar o papel do Poder Naval nesse contexto.

De acordo com o então Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha norte-americana A. T. Mahan (1889) as principais



Fonte: 146
Fig. 2

condições que afetam o Poder Marítimo são:

- posição geográfica;
- conformação física, incluindo recursos naturais e clima;
- extensão territorial;
- população;
- caráter do povo;
- caráter do governo, incluindo as instituições nacionais. (114:28)

As condições acima enumeradas, referentes ao Brasil, já foram analisadas. De maneira geral são todas favoráveis ao estabelecimento de um Poder Marítimo nacional da envergadura que o nosso País merece e necessita. Todavia, resente-se, ainda, a Nação, de uma mentalidade marítima mais extensa e mais intensa. Só com o amadurecimento de algumas gerações será possível conseguir-se tal efeito. Porém, cabe às elites e ao Governo começar o mais breve possível a envidar todos os esforços possíveis para a conquista deste propósito. Mas, tratando-se de elites e de Governo, estaremos tocando em mais uma das principais condições que afetam o Poder Marítimo. Dependendo o Brasil, como vimos anteriormente, das vias marítimas para a realização de noventa e três por cento de suas trocas com o exterior não poderia de forma alguma deixar o Governo de interessar-se pelo desenvolvimento adequado do nosso Poder Marítimo e conseqüentemente do Poder Naval brasileiro.

Neste momento crucial da História da humanidade, no qual a crise de energia gerou uma geopolítica energética, e considerando-se a possibilidade da exaustão do petróleo no ano dois mil e quinze, é válido um exercício mental. Suponhamos que o atual Governo tenha claramente decidido qual a Política Marítima que convém aos brasileiros. Su-

ponhamos que uma Estratégia Nacional tenha sido colocada em ação, em função daquela Política. Suponhamos que um determinado tipo de navio tenha sido idealizado para atender a Estratégia adotada. De sete a oito anos serão necessários entre a sua concepção e o lançamento. Estaremos então em 1988. Normalmente, a vida útil de um navio é de cerca de vinte e cinco anos. Estaremos então em 2014. Restará então apenas um ano para que as reservas de petróleo extinguam-se, presumivelmente. Nosso próximo navio será à vela ou movido por energia nuclear? Difícil decisão. O certo é que alguém tem que pensar nisso. Não visualizo outra solução para o transporte de bens de grande peso ou volume entre continentes, no próximo século, a não ser por via marítima. Logo, o Poder Naval não pode ser relegado a segundo plano. E qual será o papel do Poder Naval brasileiro neste mundo que se delinea? Vejamos.

Possíveis Missões das Marinhas no Futuro

Nossa situação geopolítica compelenos a permanecer uma nação fortemente dependente do mar. O Brasil está envolvido de uma maneira crescente e interdependente da economia mundial. Qualquer interrupção das nossas linhas de comunicação marítima trarão como consequência um enorme impacto na produção interna e na Segurança Nacional. Apesar do magnífico avanço do transporte aéreo, não há condições, a médio prazo, deste substituir o marítimo.

Este quadro que é válido para nós também é para os Estados Unidos da América.

O Poder Marítimo, incluindo significativamente o Poder Naval, da União Soviética vem ampliando-se de maneira

sem precedente na História daquele domínio de nações. A razão não pode ser explicada simplesmente pela necessidade orgânica de mais poder. Parece-nos ser motivada tanto pela percepção soviética da importância do mar quanto pela expansão de seus interesses globais e ambições. O imperialismo territorial da URSS domina a ilha eurásiana. O conglomerado que tem como líder e gerente os russos tem grandes reservas de recursos naturais e possui tecnologia de base em desenvolvimento. Os seus maiores aliados, as nações do Pacto de Varsóvia, são contíguas nos limites soviéticos a oeste. A única ameaça direta à segurança soviética está ao longo da divisa sino-soviética, no leste. As nações componentes da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que seriam o potencial adversário da URSS estão na mesma massa territorial eurásiana. As linhas internas de comunicação reforçam o Pacto de Varsóvia, facilitando o desdobramento das forças militares soviéticas para as áreas mais prováveis de conflito. Facilitam também o transporte de recursos naturais e produtos industriais. Tal situação poderia sugerir uma missão restrita para as Forças Navais soviéticas, tal como, defesa da costa e isolamento ou defesa de flanco para os Teatros de Operação terrestre. Não seria provavelmente este o raciocínio de alguns estrategistas brasileiros estrábicos e estereotipados? Mas, este não foi o entendimento da inteligência soviética. Assim, a URSS construiu senão a primeira, com certeza a segunda maior Marinha do mundo. Moscow está usando todos os aspectos marítimos, militar, comercial e científico, para ampliar a influência soviética e ganhar prestígio internacional.

É oportuno lembrar as palavras do Almirante-de-Esquadra da Marinha da

URSS S. Gorshkov enfatizando a utilidade do Poder Naval em apoio da defesa nacional e da política exterior:

"O constante crescimento das possibilidades das Marinhas de cumprir missões estratégicas está valorizando sua presença na guerra. A importância das operações militares dos teatros oceânicos também estão ganhando relevância. Conseqüentemente, uma ampliação na escala de guerra naval como uma das mais importantes partes da guerra como um todo é fundamental." (81:21)

Duas funções primárias poderíamos alocar às Marinhas no futuro, e que já foram tarefas suas no passado: controle dos mares e projeção do poder.

O controle do mar é a função mais proeminente porque é o pré-requisito para a conduta com sucesso de outros tipos de operações navais.

Porém, a nosso juízo, políticas e estratégias bem concebidas, navios bem planejados e construídos, reaparelhamento adequado da Marinha e a introdução de novas técnicas são e serão sempre função de cérebro e mão-de-obra capaz. Pessoal é um dos mais incertos fatores em um planejamento a longo prazo. A habilidade para recrutar e reter pessoal está indiscutivelmente ligadas às condições econômicas. Para que possamos ter uma bem dosada missão para a Marinha do futuro, para a Marinha do ano do colapso, 2015, devemos começar a pensar, inclusive, no currículo do Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval para a criança que nasceu exatamente hoje. Agora está nascendo o jovem oficial superior da Marinha de amanhã e a nós cabe deixar-lhe um embasamento adequado e bem estruturado. Cerca de cinquenta por cento do pessoal que guarnecerá nossos navios, aviões e lotarão nossos Batalhões de Fu-

zileiros Navais, na virada do século, acabaram de nascer. Creio que uma estratégia de pessoal, uma carreira bem planejada, deva ser nosso principal investimento no momento.

Mas, essa carreira ainda é função das possíveis missões da Marinha no futuro.

Para as Marinhas do mundo duas funções primárias tínhamos citado: controle dos mares e projeção do poder. E para o caso brasileiro, essas funções também estariam corretas? Verifiquemos.

O Poder Naval Brasileiro

Já foi enfatizada a importância dos oceanos para o Brasil, em particular o Atlântico. Já verificamos a necessidade de uma política exterior voltada especialmente para a América Latina e para a África. Já ressaltamos a importância da Antártica para o nosso continente e para o nosso país. Analisamos os fatores geopolíticos e geoestratégicos que influenciam o Brasil e que nos podem ser vantajosos. Apontamos como os aspectos econômicos estão cada vez mais condicionando a conduta dos povos e de suas Forças Armadas, servindo também de orientação para a Estratégia, inclusive militar.

Sem dúvida, os atributos das Marinhas, mobilidade, flexibilidade tática e possibilidade de deslocamento em vasta extensão marítima, o que lhes dá enorme alcance geográfico, conferem-lhes uma utilidade ímpar, como instrumento permanente da ação política. (175:22)

No caso da Marinha do Brasil (MB) deve-se acrescentar àqueles atributos a capacidade de projeção do poder em terra, através do emprego de suas Forças de Fuzileiros Navais, o que significa para os possíveis adversários uma ameaça potencial, que aliada à mobilidade e flexibili-

dade da MB representa um risco maior para o inimigo.

Segundo o Contra-Almirante Vidigal A. A. F., entende-se como "emprego político do Poder Militar o uso desse Poder em uma condição não caracterizada como de guerra, com propósitos eminentemente políticos e, em geral, sem o emprego efetivo da força." (174:7)

Exatamente esse emprego político do Poder Militar é que vem a ser a utilidade da Marinha como instrumento permanente de ação política, mencionada anteriormente.

Das Forças Armadas singulares a que apresenta-se mais adequadamente organizada, adestrada e com capacidade orgânica para emprego com propósitos políticos é a Marinha.

A meu juízo, o controle dos mares face à dependência de nosso país do tráfico marítimo, é um imperativo como missão da Marinha do Brasil. É claro que estamos idealizando uma situação. No momento, pelas dificuldades econômicas que temos de enfrentar, não haveria como construir uma Força Naval que pudesse cumprir tal finalidade de maneira global. Contudo, o que pretendemos é pensar em possíveis missões para o Poder Naval brasileiro, no futuro, a fim de que possamos, desde já, conceber os próximos reaparelhamentos dos meios flutuantes da MB e começar, agora, programar a carreira dos marinheiros dos fuzileiros navais que tripularão os navios a serem lançados. A reavaliação da missão das Forças Navais há de ser um processo contínuo, assim como os planos de reaparelhamento devem ser um objetivo permanente, para que não venhamos a viver em saltos e sobressaltos, a períodos decenais. Presentemente o que poderíamos desejar é uma Marinha que seja capaz de defender com ef-

cácia as nossas costas, levando essa atuação até às ilhas mencionadas no capítulo anterior e usando esses fundeadouros ou plataformas como pontos de apoio do Sistema de Defesa Avançada. Para as nossas ilhas oceânicas, Fernando de Noronha e Trindade deveríamos prever a sua defesa por tropas de fuzileiros navais, seja pela sua ocupação em época oportuna, face à aproximação latente de uma ameaça, ou pela retomada das ilhas no caso do inimigo tê-las conquistado de surpresa.

Futuramente, após o controle do Atlântico Sul, deveríamos estender nossas preocupações até o do Norte, pelo menos na altura do Trópico de Câncer.

Quanto à projeção do poder, no momento atual, creio que o dimensionamento do nosso Poder Naval deva buscar o parâmetro da possibilidade de ameaça de nossos possíveis adversários, como um símbolo do Poder Nacional, valendo como elemento da política do país.

Algumas Conclusões

Neste capítulo verificamos que o geopolítico Comandante Mahan continua vivo através de suas sábias lições. Resaltamos que o Brasil é um país que tem por destino um Poder Marítimo marcante, dentro das próprias considerações de Mahan sobre as principais condições que afetam esse Poder. Estudamos a necessidade que tem a Nação de definir hoje o tipo de Poder Naval que necessitará na virada do século, sob o risco de não conseguir mais recuperar o tempo perdido. Verificamos que as Marinhas no futuro tenderão a crescer de importância, seja na guerra como na paz, tendo como funções primárias o controle dos mares e projeção do poder.

Observamos que o Poder Naval brasileiro também deverá ter como funções as acima citadas, à semelhança de Marinhas de países atualmente considerados potências de primeira grandeza. Porém, face às dificuldades econômicas que o nosso País ora atravessa, deveríamos limitar nossa área de controle, inicialmente, ao Atlântico Sul e preocuparmo-nos com ênfase no emprego político do Poder Naval dentro do quadro geoestratégico pintado anteriormente.

Mais uma vez citarei o grande herói norte-americano General George Washington, quando redigiu o famoso "Memorando concernente um plano de operação com o exército francês", datado de quinze de julho de 1780, enviado em mãos do Marquês de Lafayette para o Conde de Rochambeau e para o Cavaleiro de Ternay, onde lia-se entre outras, as seguintes palavras:

"Em qualquer operação, e sob todas as circunstâncias, uma decisiva superioridade naval deve ser considerada como um princípio fundamental, e a base sobre a qual qualquer esperança de sucesso deve depender em última análise." (114:397).

É sempre útil aprender-se, sem sacrifício, com aqueles Chefes que tiveram de lutar duramente em terra, para livrar seu país do jugo estrangeiro, contra um inimigo que possuía uma Força Naval bem organizada e empregada conscientemente.

CONCLUSÕES

A posição geoestratégica ocupada pelo Brasil, no mundo e no continente, confere-lhe uma situação privilegiada sob diversos aspectos. Tais são a área deste país-continente; a dimensão de sua população, com um contingente de mais de cinquenta por cento de habitantes

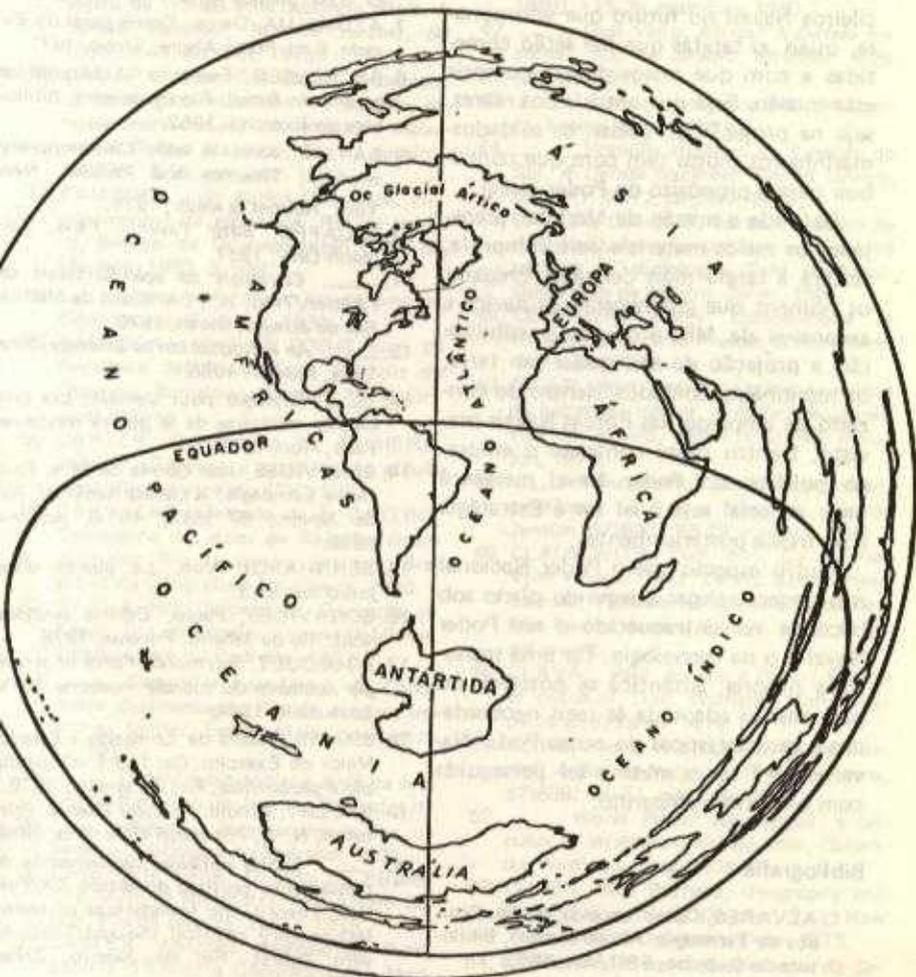
com menos de vinte anos de vida (79: 100), o que representa problemas no momento e potencial para o futuro; as bacias dos rios Amazonas, Paraguai, Paraná e São Francisco que juntamente com outras menores dão ao Poder Marítimo uma flexibilidade de locomoção em vasta rede de águas interiores; a nossa grande costa atlântica, que somada às aquavias de água doce, nos dá um índice de maritimidade semelhante ao da América do Norte (58:46); os nossos recursos naturais, com exceção ainda do petróleo, que nos coloca em uma situação favorável econômica e estrategicamente; a forma e volume geográficas do território do Brasil praticamente dominando o centro da América do Sul, com sua área bem equilibrada, seja no sentido dos pólos, seja no do Atlântico - Cordilheira dos Andes; o mundo amazônico que se de um lado nos apresenta desafios gigantescos, de outro nos oferece possibilidades incontáveis; as nossas reservas hidrelétricas que, em um momento de crise energética mundial nos apresenta uma solução adequada para manutenção do nosso crescimento e desenvolvimento; a nossa proximidade com a África, que nos possibilita fazer do Atlântico Sul um corredor de navegação sob nosso controle; e o chamamento que a Antártica nos faz para ir ao seu encontro, pela sua proximidade e pela necessidade de defendê-la e defender-nos dos predadores internacionais.

Porém, esse privilégio geoestratégico acarreta ao Brasil responsabilidades também de grande monta. Para a América do Sul a sobrevivência ou a tendência política, econômica ou militar do Brasil significa uma influência cujo vetor não poderá ser modificado por nenhum dos países sul-americanos ou mesmo por todos eles. A queda do Brasil em mãos

hostis significará para os demais irmãos latinos uma pressão impossível de ser suportada. O destino do Brasil é e será o destino da América do Sul. Por isso, a nosso juízo, o futuro do país verde-amarelo representa o futuro da América abaixo do Trópico de Câncer. E, dentro em breve, as nossas perspectivas, preocupações e sucessos trarão consequências para todo esse mundo austral, predominantemente líquido, como podemos verificar pela figura 3, em comparação com a massa mais terrestre do norte. Mas, esse futuro já começou. Os nossos vizinhos, mesmo inconscientemente, sofrem influência das nossas guinadas ou do nosso curso.

O Poder Naval brasileiro não pode ficar à margem desse processo. Não pode ser deixado aguardando dias melhores pelas elites do país, pois quando esses chegarem a diferença de nível entre os meios flutuantes que possuímos e o que deveríamos possuir requererá um espaço de tempo muito grande para alcançar o equilíbrio, o que poderá significar o encontro de dias piores ainda do que os do início da rota. Não pode de forma alguma ficar aguardando que os responsáveis pelo Poder Naval, modesta e humildemente, esperem pela compreensão de seus pares do Poder Militar ou de outras expressões do Poder. Devemos sim, e essa responsabilidade é explícita, é alertar o Governo e a Nação sobre os riscos que correrá um Brasil rico com Marinha fraca. Exatamente aquele que nos permite respirar e trocar riquezas, o mar, poderá ser amanhã a barriga macia de uma presa gorda.

No mundo que delinea-se o papel das Marinhas está sendo pintado com cores cada vez mais fortes. E a Marinha do Brasil não poderá e não será exceção. O nosso comércio exterior e as platafor-



mas de exploração e de exploração de petróleo estão a chamar urgente por um Poder Naval adequado às suas responsabilidades. À MB cabe sim é definir a sua missão e as suas tarefas. Cabe sim é analisar qual a missão do seu Corpo de Fuzileiros Navais no futuro que aproximase, quais as tarefas que lhe serão cometidas e com que meios deverá cumprir essa missão. Seja no controle dos mares, seja na projeção do poder, os soldados-marinheiros muito têm com que contribuir para o propósito do Poder Naval.

Definida a missão da Marinha, planejados os meios materiais para cumpri-la, restará a tarefa mais delicada. Preparar os homens-que guarnecerão os navios e aeronaves da MB, e os que possibilitarão a projeção do seu poder em terra, os marinheiros-soldados, dentro do conceito de emprego das Forças Navais previsto. Dentro desse contexto o emprego político do Poder Naval merecerá lugar especial seja qual for a Estratégia a ser usada posteriormente.

Outro aspecto que o Poder Nacional não poderá relegar a segundo plano sob risco de ver enfraquecido o seu Poder Naval é o da tecnologia. Ter uma tecnologia própria, autêntica se possível, ou pelo menos adaptada às reais necessidades e características do nosso Poder Naval deverá ser a meta a ser perseguida com o máximo empenho.

Bibliografia

1. ALVARES, Obino Lacerda, coord. *Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, EBRASA, 1973.
2. AMORIM, Maria Stella de, org. *Sociologia Política*, II. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, 2.v.
3. ANTUNES, Celso. *Brasil, problemas e perspectivas*; elementos de geografia física, social e econômica do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1973.

4. ARON, A. *Les Guerres in chaîne*. Paris, Gallimard, 1958.
5. ARRUDA, José Jobson de A. *História moderna e contemporânea*. São Paulo, Ática, 1977.
6. ATENCIO, Jorge E. *Qué es la geopolítica*. 3.ed. Buenos Aires, Pleamar, 1965.
7. AZUMBUJA, Darcy. *Teoria geral do Estado*. 5.ed. Porto Alegre, Globo, 1971.
8. BACKEUSER, Everardo. *A geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952.
9. BAYLIŞ, John et alii. *Contemporary strategy*; Theories and Policies. New York, Holmes & Meier, 1975.
10. BEUAFRE. *Bâtir l'avenir*. Paris, Calmann-Lévy, 1967.
11. _____. *Estratégia da ação*/Stratégie de l'Action/Trad. H. F. Arnizaut de Mattos. Rio de Janeiro, Bloch, 1970.
12. _____. *An Introduction to Strategy*. New York, Praeger, 1965.
13. _____. *Stratégie pour demain*; Les problèmes militaires de la guerre moderne. Paris, Plon, 1972.
14. BENEVIDES, José Corrêa de Sá e. Política e Estratégia. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67 (687): 181-6, jan./fev. 1980.
15. BERNHARDI, Von. *La guerre d'aujourd'hui*. s.n.t.
16. BONAVIDES, Paulo. *Clência política*. 4.ed. Rio de Janeiro, Forense, 1978.
17. BOUSQUET, Raymond. *Force et stratégie nucléaire du monde moderne*. Paris, Lavauzelle, 1974.
18. BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Col 112-1 - *Introdução à geopolítica*. Rio de Janeiro, 1978.
19. BRECHT, Arnold. *Political Theory*. Princeton, N. J., Princeton Univ. Pres, 1959.
20. _____. *Teoria política*; fundamentos do pensamento político do século XX/Political Theory; the foundations of twentieth-century political thought/Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar, 1965, 2.v.
21. BRIANO, Justo P. *Geopolítica Y Geoestratégia Americana*. Buenos Aires, Pleamar, 1966.
22. BRODIE, Bernard. *Guia de Estratégia Naval*. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 1961.

23. _____. *War & Politics*. New York, Mac Millan, 1973.
24. BROEK, Jan O. M. *Inicição ao estudo da geografia/Geography, Its Scope and Spirit/Trad. Waltensir Dutra*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
25. BROWN, George S. A importância estratégica de 7 áreas internacionais vitais. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66 (685): 7-43, set./out. 1979.
26. CÂMARA, Ibsen Gusmão. O pensamento estratégico brasileiro - Projeção de nossa maritimidade na estratégia nacional. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(688): 5-16, mar./abr. 1980.
27. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delimitações da estratégia*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1980. p. 598.
28. _____. *História Marítima*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
29. CANCOGNI, Manlio & BORIS, Ivan. *El Napoleón del Plata*. Trad. Enrique de Obregón. Barcelona, Noguer, 1972. Original italiano.
30. CARTER, Gwendolen M. & HERZ, John H. *Governo e política no século vinte*. Rio de Janeiro, FDC, 1963.
31. CARVALHO, Delgado de & CASTRO, Therezinha de. *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960.
32. CARVALHO, Delgado de. *Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1922.
33. _____. *Geografia econômica do Continente Sulamericano*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1927.
34. _____. *Organização social e política brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro, Record, s.d.
35. _____. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971.
36. CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado/ The Myth of the State/Trad. Álvaro Cabral*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
37. CASTEX. *Théories stratégiques*. Paris, Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1929. 2v.
38. CASTRO, Therezinha de. A Antártica e os Desafios do Espaço. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 59(645): 133-41, set./out. 1972.
39. _____. Considerações gerais sobre a Antártica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 57(641): 113-6, jan./fev. 1972.
40. _____. Diretrizes geopolíticas do Brasil. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 68 (693): 33-47, jan./fev. 1981.
41. _____. Geopolítica do Poder Mundial. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67 (689): 115-26, maio/jun. 1980.
42. _____. Quo Vadis, África? *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(684): 5-25, jul./ago. 1979.
43. _____. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1976.
44. _____. Vocação atlântica da América do Sul. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(681): 53-72, jan./fev. 1979.
45. CATLIN, George E. Gordon. *Tratado de Política/Systematic politics - Elementa política et sociologia/ Trad. Waltensir Dutra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
46. CÉLÉRIER, Pierre. *Géopolitique et Géostratégie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1955.
47. CHILD, John. América Latina: conceitos de estratégia militar. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(677): 27-43, maio/jun. 1978.
48. _____. Pensamento geopolítico latino-americano. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(690): 55-79, jul./ago. 1980.
49. CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra/ Vom Kriege/ Trad. Tereza Barros Pinto Barroso*. Prefácio de Anatole Rapoport, São Paulo, Martins Fontes, 1979. Original alemão.
50. CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder/ Espace et pouvoir/ Trad. Waltensir Dutra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
51. CLINE, Ray S. Avaliação do Poder Mundial. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(688): 59-71, mar./abr. 1980.
52. _____. *World Power Assessment; a calculus of strategic drift*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1975.
53. COHEN, Saul Bernard. *Geography and Politics in a World Divided*. 2.ed. New York, Oxford University Press, 1973.
54. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança; O Poder Militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Filho, 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
55. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Rio de Janeiro. *Anais do Seminário Internacional de Estudos so-*

- bre *Política Científica*. Rio de Janeiro, CNPq, 1978.
56. CORBETT, Julian S. *Alguns princípios de Estratégia Marítima*. Buenos Aires, Escuela de Guerra Naval, 1936.
57. COSTA, Lizé. *Posição geoestratégica do Brasil*. Rio de Janeiro, EGN, 1975. Monografia apresentada no Curso Superior de Guerra Naval. Confidencial.
58. COUTO E SILVA, Golbery do. *Aspectos geopolíticos do Brasil*. Rio de Janeiro, biblioteca do Exército, 1957.
59. _____. *Geopolítica del Brasil*. México, El Cid Editor, 1978.
60. _____. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1955.
61. CRESPIGNY, Anthony de & MINOGUE, Kenneth R. *Filosofia Política Contemporânea*. Trad. Yvonne Jean. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.
62. CULMANN, F. *Stratégie*. Paris, Charles-Lavauzelle, 1924.
63. DE LORENZI FILHO, Roberto. *A Geoestratégia do Brasil*. Rio de Janeiro, EGN, 1980. Monografia apresentada no Curso Superior de Guerra Naval. Confidencial.
64. A DEFESA NACIONAL, Rio de Janeiro. *As implicações geopolíticas de Itaipu*. Rio de Janeiro, 66(683): 5-15, maio/jun. 1979.
65. DEMANGEOT, Jean. *O continente brasileiro*. /Le continent brésilien/ Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
66. DOMONT, Guilherme Eugênio Barbosa. Importância Estratégica do Atlântico Sul na Segurança e no Desenvolvimento do Continente Americano. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 63(669): 3-40, set./out. 1976.
67. DUVERGER, Maurice. *Ciência Política; Teoria e Método/ Méthodes de la Science Politique/ Trad. Heloisa de Castro Lima*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. Original em francês.
68. EARLE, Edward Mead et alii. *Creadores de la Estrategia Moderna; El pensamiento militar desde Maquiavelo a Hitler/ Makers of Modern Strategy; Military Thought from Machiavelli to Hitler/Buenos Aires, Escuela de Guerra Naval*, 1948, v.2. Original inglês.
69. EASTON, David. *Uma teoria de análise política/ A framework for Political Analysis/ Trad. Gilberto Velho*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
70. EICHLER, Claus Dieter. *A geoestratégia do Brasil*. Rio de Janeiro, EGN, 1976. Monografia apresentada no Curso Superior de Guerra Naval. Confidencial.
71. ELIOT, George Fielding. *Victory without War; 1958-1961* - Annapolis, Maryland, U.S. Naval Institute, 1968.
72. FERKISS, Victor. *The future of technological civilization*. New York, George Braziller, 1974.
73. FLORES, Mário César, coord. *Panorama do Poder Marítimo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. 445p.
74. FLORES, Mário César. Poder Naval; fundamentos instáveis e rumos incertos. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, 100(10/12): 57-72, out./dez. 1980.
75. FONSECA JR., Leopoldo Nery da. *Geopolítica*. Rio de Janeiro, s.ed., 1940.
76. FRADE MERINO, Fernando. *Introducción a la geopolítica*. Madrid, 1969.
77. FREIRE, Gilberto. Sugestões em torno do homem brasileiro como tipo nacional. In: *Cadernos de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Forum de Ciência e Cultura, 1973, v.7, p. 63-9.
78. FRIEDRICH, Carl J. *Uma introdução à Teoria Política/ An Introduction to Political Theory/ Rio de Janeiro, Zahar*, 1970. Original em inglês.
79. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Sinopse estatística do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
80. GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Características gerais da geoconomia e geopolítica nacional. In: *Cadernos de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Forum de Ciência e Cultura, 1972, v. 5, p. 15-33.
81. GEORGE, James L., org. *Problems of Sea Power as we approach the twenty-first century*. Washington, D.C., American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1978.
82. GODOLPHIM, Waldir da Costa. Fundamentos filosóficos na formação da geografia moderna e da geopolítica. *A Defesa*

- sa Nacional, Rio de Janeiro, 65(677): 89-107, maio/jun. 1978.
83. GORSHKOV, S. G. *The Sea Power of the State*. Oxford, Pergamon Press, 1980. Original em russo.
84. GOULD, Peter R. et alii. *Progress in Geography*; International reviews of current research. London, Edward Arnold, 1969.
85. GUILD, Nelson P. & PALMER, Kenneth T., org. *Introduction to Politics*; Essays and Readings. New York, John Wiley & Sons, 1968.
86. GYORGY, Andrew. *Geopolitics*; The New German Science. Berkeley, University of California Press, 1944.
87. HAMON, Léo. *La stratégie contre la guerre*. Paris, Bernard Grasset, 1966.
88. HENNIG, R. & KÖRHOLZ, L. *Introducción a la Geopolítica*. 2.ed. Buenos Aires, Pleamar, 1977. Original em alemão.
89. HERRERA, Heitor A. A evolução do conceito de Estratégia. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(680): 105-8, nov./dez. 1978.
90. HODGETTS, J. E. et alii. *Les pouvoirs de décision dans l'État moderne*. Zurich, UNESCO, 1967.
91. HOWARD, Michael et alii. *The Theory and Practice of War*. New York, Praeger, 1967.
92. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Enciclopédia dos Municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958.
93. JEFFRIES, William W. *Geography and National Power*. Annapolis, U.S. Naval Institute, 1967.
94. KANT, Immanuel. *Primeira Introdução à Crítica do Juízo*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
95. KEDOURIE, Elie. *Nationalism*. New York, Praeger, 1960.
96. KEMP, Geoffrey. O novo mapa estratégico do mundo. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 64(674): 135-48, 4. trim. 1977.
97. KIRACOFÉ JR., Clifford A. *Brazil: an emerging strategic factor in the Southern Atlantic*. Separata de *The Journal of social and political studies*, s.n.t.
98. KJELLEN, Rudolf. *Der Staat als Lebensform*. Leipzig, Hirzel, 1917.
99. KRANENBURG, R. *Teoria Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941. Original em holandês.
100. LA BLACHE, Vidal de. *Principes de Géographie Humaine*. 4. ed. Paris, Armand Colin, 1948.
101. LACOSTÉ, Yves. *Géographie du sous-développement*; géopolitique d'une crise. Vendôme, Presses Universitaires de France, 1976.
102. LASKI, Harold J. *Introducción a la política*. Buenos Aires, Ediciones Siglo Veintiuno, 1960.
103. LAUGHTON, John Knox. *Studies in Naval History*. Great Britain, Conway Maritime Press, 1970.
104. LAVANÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *Estratégia Militar e Desarmamento*. Rio de Janeiro, Bloch, 1970.
105. LEPOTIER, *Conférences de Géostratégie*. France, École Supérieure de Guerre Navale, Reservado.
106. LIDDEL HART, Basil Henry. *Estratégia*; Conceituação e emprego em 25 séculos. Trad. Celso dos Santos Meyer. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.
107. LIPSON, Leslie. *Os Grandes Problemas da Ciência Política*; uma introdução à Ciência Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
108. MACHIAVELLI, Niccoló. *O Príncipe*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo, Hemus, s.d. Original italiano.
109. MACHICOTE, Eduardo. *La expansión brasileña*; notas para um estudo geohistórico. Buenos Aires, Ciência Nueva, 1973.
110. MACKINDER, Halford J. *Democratic ideals and reality*. New York, Holt, 1963.
111. _____. *The scope and methods of geography & The geographical pivot of history*. London, The Royal Geographical Society, 1969.
112. MAFFII, Maffio. *Guerra di Mare*. Milano, Alfieri e Lacroix, 1917.
113. MAFRA, Roberto Machado de Oliveira & ABREU, Carlos Athaydes de Lima. Introdução à Geopolítica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 64(674): 51-90, 4. trim. 1977.
114. MAHAN, A. T. *The influence of Sea Power upon History*; 1660-1783. 25. ed. Boston, Little, Brown, 1918.
115. MARTINS, Gerez Teixeira. *A geoestraté-*

- gia do Brasil. Rio de Janeiro, EGN, 1978. Monografia apresentada no Curso Superior de Guerra Naval. Confidencial.
116. McCLOUGHRY, E. J. Kingston. *The direction of war; a critique of the political direction and high command in war*. New York, Frederick A. Praeger, 1955.
117. MEIRA MATTOS, Carlos de. Atlântico Sul — Sua importância estratégica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(688): 73-90, mar./abr. 1980.
118. ———. *Brasil — Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.
119. ———. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
120. ———. *A Geopolítica e as projeções do Poder*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.
121. ———. O pensamento estratégico brasileiro — projeções das influências de nossa continentalidade. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(686): 5-18, nov./dez. 1979.
122. ———. Problemas geopolíticos — a ocupação do solo e os limites territoriais. In: *Brasil — realidade e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Sugestões Literárias, 1972. v.2, p. 482-9.
123. ———. Teorias geopolíticas aplicadas à Arte Militar. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(691): 51-68, set./out. 1980.
124. MEIRA PENNA, J. O. de. *Psicologia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
125. MENDONÇA, Almir Taranto de. A questão do Canal de Beagle. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(680): 17-30, nov./dez. 1978.
126. MENDONÇA, Renato de. *Fronteira em marcha*; ensaio de uma geopolítica brasileira. Prefácio de José Carlos de Macedo Soares. 2.ed. Rio de Janeiro, São José, 1956.
127. MILIA, Fernando A. et alii. *La Atlantarida*; Un espacio geopolítico. Buenos Aires, Pleamar, 1978.
128. MILLS, C. Wright. *The causes of World War Three*. New York, Simon and Schuster, 1958.
129. MONTESQUIEU, Charles — Louis de Secondat, Barão de La Brède e de. *Do espírito das leis*/ De l'Esprit des lois, ou du rapport que les lois doivent avoir avec la constitution de chaque gouvernement, les mœurs, le climat, la religion, le commerce, etc/ Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979.
130. MOODIE, A. E. *Geografia e Política*/ Geography Behind Politics/ Trad. Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
131. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. As leis do Poder. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(671): 5-15, 1. trim. 1977.
132. MOURATO, Ramiro José Marcelino. O continente africano: espaço e posição. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(688): 47-56, mar./abr. 1980.
133. OLIVEIRA, Hermes de Araujo. O Brasil e o Atlântico-Sul. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(679): 37-43, set./out. 1978.
134. PEDROSO, Luiz Villarinho. As crises periféricas e as potências médias como fatores de equilíbrio do poder mundial. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(684): 67-91, jul./ago. 1979.
135. PERRY, William. As Forças Armadas brasileiras: política militar e possibilidades convencionais de uma potência em ascensão. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(682): 73-89, mar./abr. 1979.
136. PRADO MAIA, João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*; tentativa de reconstituição histórica. 2. ed. Rio de Janeiro, Cátedra, INL, 1975.
137. QUESTER, George H., org. *Sea Power in the 1970s*. New York, Dunellen, 1975.
138. RATTENBACH, Augusto B., comp. *Antologia geopolítica*. Buenos Aires, Pleamar, 1975.
139. RATZEL, F. P. *Politische Geographie*. Munich, 1897.
140. RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*/ Introduction à l'histoire des relations internationales/ Trad. Hélio de Souza. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
141. RIBEIRO DA GRAÇA, Jayme. *A Geografia na Política Externa*; introdução à geopolítica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1951.
142. ROCHA CORREA, Paulo Henrique da. O Brasil e os caminhos para o Oceano Pacífico. *A Defesa Nacional*, Rio de Ja-

- neiro, 67(689): 127-33, maio/jun. 1980.
143. RODRIGUES, Lysias A. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947.
 144. ROETT, Riordan. *Brazil Ascendant: International Relations and Geopolitics in the Late 20th Century*. Washington, 1975. Separata do Journal of International Affairs, Washington, 29(2): 139-54, fall, 1975.
 145. ROXO FREITAS, Paulo Irineu. *Área Marítima de segurança do Brasil e determinação dos limites mínimos de controle operativo brasileiro do TM*. Rio de Janeiro, CONCONTRAM, s.d. Secreto.
 146. _____. *Estratégia do Brasil no futuro*. Niterói, s.ed. 1981. Conferência na Faculdade Federal Fluminense, para o Curso de Sociologia de Direito.
 147. SARDENBERG, Ronaldo Mota. A política externa do Brasil num mundo em mudança. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(687): 19-29, jan./fev. 1980.
 148. SCHILLING, Paulo R. *O expansionismo brasileiro*. São Paulo, Global, 1981.
 149. SELCHER, Wayne A. As linhas fluídas da ação multilateral do Brasil. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(679): 137-48, set./out. 1978.
 150. SPYKMAN, Nicolas. *Americ's Strategy in World politics*. New York, Harcourt, Brace, 1942.
 151. _____. *The Geography of the Peace*. USA, Archon Books, 1969.
 152. STAVRIANOS, Leften S. et alii. *A global history of man*. Boston, Allyn and Bacon, 1965.
 153. STOEISSINGER, John G. *Why nations go to war*. 2.ed. New York, St. Martin's Press, 1978.
 154. STRAUSS-HUPÉ, Robert. *Geopolitics; The Struggle for Space and Power*. New York, Arno, 1972.
 155. SUN, Tzu. *A arte da Guerra*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
 156. TAMBS, Lewis. Como o Brasil joga o xadrez geopolítico. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(686): 135-48, nov./dez. 1979.
 157. _____. *Estratégia, Poder Naval e sobrevivência: argumentos para manter o Canal do Panamá*. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(682): 101-17, mar./abr. 1979.
 158. TAMBS, Lewis A. Fatores geopolíticos na América Latina. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 65(679): 45-61, set./out. 1978.
 159. TAYLOR, Griffith. *Geography in the Twentieth Century: A Study of Growth, Fields, Techniques, Aims and Trends*. 3. ed. New York, Philosophical Library, 1967.
 160. TELESKA, Edmar Eudóximo. A balança do Poder na América do Sul. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 66(684): 29-47 jul./ago. 1979.
 161. TOVAR, Alvaro Valencia. A estratégia de defesa do sistema interamericano. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67 (689): 61-71, maio/jun. 1980.
 162. TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe-Terra; uma história narrativa do mundo/ Mankind and Mother Earth/ Trad. Helena Maria Camacho Martins Pereira & Alzira Soares da Rocha*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
 163. _____. *O Mundo e o Ocidente/ The World and the West/ Trad. Breno Silveira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.
 164. TOYNBEE, Arnold J. et alii. *O preço do futuro/ Can we survive our future?/ Trad. Anna Maria Machado Russo*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1974.
 165. TOYNBEE, Arnold. *A Sociedade do futuro/ Surviving the Future/ Trad. Celina Whately*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
 166. _____. *A study of history*. 5. ed. London, Oxford University Press, 1951.
 167. _____. *Surviving the future*. New York, Oxford University Press, 1971.
 168. TRAVASSOS, Mario. *Aspectos geográficos sul-americanos*. Prefácio de Pandiá Calógeras. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado Maior do Exército, 1933.
 169. _____. *Projeção continental do Brasil*. Prefácio de Pandiá Calógeras. 3.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
 170. UNITED NATIONS. *Monthly Bulletin of Statistics*, New York, 36, Jan. 1981.
 171. _____. *Statistical Yearbook*. 29. ed. New York, 1978.
 172. UNIVERSIDAD DE ZARAGOZA. *Geopolítica Y Geoestrategia - Zaragoza*, Talleres Octavio Y Félez, 1967. 4.v.
 173. VALENTINO SOBRINHO, Raphael. *A estratégia atual da política externa*

- brasileira. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.
174. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Emprego Político do Poder Naval*. Rio de Janeiro, s.ed.
175. ———. *Estratégia Naval*. Rio de Janeiro, s.ed. 1979. Conferência para o Curso Superior de Guerra Naval da EGN, em 12 abr. 1979.
176. VIVES, J. Vicens. *Tratado general de Geopolítica*. Barcelona, Teide, 1950.
177. WALTERS, Robert E. *Sea Power and the Nuclear Fallacy: a reevaluation of global strategy*. New York, Holmes & Meier, 1975.
178. WEBER, Max. *História Geral da Economia*. Trad. Calógeras A. Pajuaba. São Paulo, Mestre Jou, s.d.
179. WEIGERT, Hans W. & STEFANSSON, Vilhjalmur, org. *Compass of the World: A Symposium on Political Geography*. New York, The MacMillan, 1945.
180. ———. *Política Y Poder en un mundo mas chico!* *Compass of the world!* Buenos Aires, Atlantida, 1948.
181. WEINBERG, Albert K. *Manifest destiny; A Study of Nationalist Expansionism in American History*. Chicago, Quadrangle Paperback, 1963.
182. WEIGHT, Quincy. *A study of war*. 2.ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1965.
183. YOUNG, Jordan M. Brasil: Potência Mundial em 2000? *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 67(690): 81-6, jul./ago. 1980.



O Capitão-de-Fragata Dino Willy Cozza, atual Vice-Diretor do Centro de Instrução e Adestramento do Corpo de Fuzileiros Navais, além dos cursos indispensáveis a seu nível de oficial superior da Marinha do Brasil, tem vários outros de especialização, dentre os quais se destacam o Curso Superior de Guerra Naval, da Escola de Guerra Naval, e o "Naval Gunfire Spotter Course", da U. S. Naval Amphibious School, em Little Creek, Norfolk, Virginia, EUA, no qual classificado em 1º lugar. É membro Efetivo da Associação Brasileira de Educação (Fundação Getúlio Vargas), Sócio Titular da Sociedade Brasileira de Geografia, Sócio do Instituto de Arqueologia Brasileira e ocupante da Cadeira nº 11 da Sociedade Brasileira de Filosofia.